

# La reforma universitária: Desafios y perspectivas noventa años después

Andréa de Melo\*

**Sader, Emir; Gentili, Pablo; Aboites, Hugo**

*La Reforma Universitária. Desafios y perspectivas noventa años después.* Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2008

Trata-se de uma compilação de vários textos, de autores diversos, que traçam uma abordagem da reforma universitária na América Latina e Caribe, cada qual relatando os principais aspectos que marcaram esse movimento em alguns países. Tendo como parâmetro o documento *Manifiesto Liminar*, elaborado por estudantes da Universidade de Córdoba, Argentina, em 1918, a obra representa um panorama da educação superior nos países latinoamericanos, após 90 anos do chamado “Movimento de Córdoba”.

Com intuito de ser um tributo aos noventa anos da reforma universitária, o livro está dividido em dois capítulos, sendo um dedicado à *Actualidad e Perspectivas de la Reforma Universitária* e outro sobre *Las Huellas de la Reforma*, cada qual contendo vários artigos elaborados por 26 autores de distintas nacionalidades.

Os textos expressam a situação da educação após o impacto deflagrado pelos estudantes de Córdoba em 1918, que culminou em profunda modificação no papel das universidades. Esse movimento defendia alterações profundas no sistema educacional, dentre as quais, amplo acesso à educação superior, que era privilégio das elites da época, e também a autonomia universitária, através de eleições diretas para escolha de seus dirigentes.

---

\* Doutoranda em Direito das Relações Sociais e funcionária da Consulteg na PUC/SP. Professora de Direito Civil da Unibero/SP. E-mail: andreamelo1@gmail.com

A manifestação iniciada pelos estudantes de Córdoba provocou grande mobilização da classe média da época, que se engajou na luta engrossando o movimento, chegando a contar com 10.000 pessoas. O movimento influenciou definitivamente o conceito de universidade na América latina.

Considerando-se o movimento expansionista do capitalismo após a primeira grande guerra e a conseqüente ascensão econômica da classe média – até então conformada com o colonialismo e alijada do governo – fez com que esses desejassem alcançar posição social e política. Desse modo, a formação universitária passa a ser almejada por essa classe emergente e, corolário, os impulsiona a buscar espaço nos estamentos de poder, através da formação superior.

Nesse cenário, o modelo clássico de formação escolástica, em que as aulas eram ministradas por monges e freiras que eram os “detentores” do saber, baseava-se na transmissão de conhecimento fundado nos ensinamentos do clero e ocorria em ambientes fechados, de metodologia rígida e disciplina rigorosa, onde os mestres eram os donos da verdade e detinham a missão doutrinadora de seus alunos.

Essa metodologia se mostra incompatível com os anseios dessa nova sociedade que vai despontando, totalmente ciosa de sua importância e que almeja quebrar as barreiras de sua clausura, galgando espaço na elite política de seu país. Essa classe economicamente abastada vê na formação superior o instrumento de sua ascensão social. Nesse sentido, defendem o amplo acesso à universidade e a democratização na escolha de seu dirigente, além de um ensino que seja científico e não doutrinador. Apesar de não traçarem, claramente, um perfil distinto entre Estado, Universidade e Igreja, o movimento defende a universidade pública, laica e gratuita.

O “pensamento único”, imposto pela elite política e econômica, é duramente combatido pelos defensores da autonomia universitária, que veem nesse modelo o interesse daqueles de se perpetuarem no poder. Contra isso, exigem ampla liberdade em escolher e destituir os

dirigentes universitários; formular as normas de ingresso e promoção de seu corpo docente, discente e administrativo; elaborar com total liberdade os planos de ensino e investigação científica, bem como definir as carreiras profissionais; autonomia no uso e disposição do orçamento da universidade; competência para expedição de seus diplomas e títulos.

Alguns textos também aludem à luta dos estudantes parisienses em 1968, contra mercantilização do ensino, fenômeno surgido do sistema neoliberal que tinha nas universidades o instrumento formador de mão de obra para o mercado de trabalho. Nesse momento, buscam os estudantes defender um *estado social*, que intervem de forma direta para garantir o amplo acesso às universidades públicas, assegurando a formação científica em detrimento dos interesses mercantilistas, combatendo a corrupção e degradação dos valores humanos.

Foram vários os movimentos estudantis ocorridos nos noventa anos após o Manifesto de Córdoba, e a obra evidencia que aquelas exigências continuam sendo pauta, até hoje, das discussões que envolvem a *reforma universitária*. O texto produzido àquela época continua atual e perfeitamente aplicável aos dias de hoje.

Eram e continuam sendo o mote do movimento: defesa da universidade autônoma, financiada pelo Estado, mas livre de suas intervenções; amplo acesso ao ensino superior; capacidade de autogestão; participação efetiva dos estudantes nos conselhos e órgãos de direção e gestão; distinção entre formação científica e habilitação profissional; liberdade de investigação; democratização na escolha dos dirigentes da universidade e a destinação do conhecimento ali produzido para a sociedade.

Após noventa anos, os vestígios da reforma ainda são pauta das preocupações dos docentes, discentes, intelectuais, enfim, da sociedade em geral, quando se dispõem a discutir o ensino superior e o importante papel da universidade na formação de seu povo.